

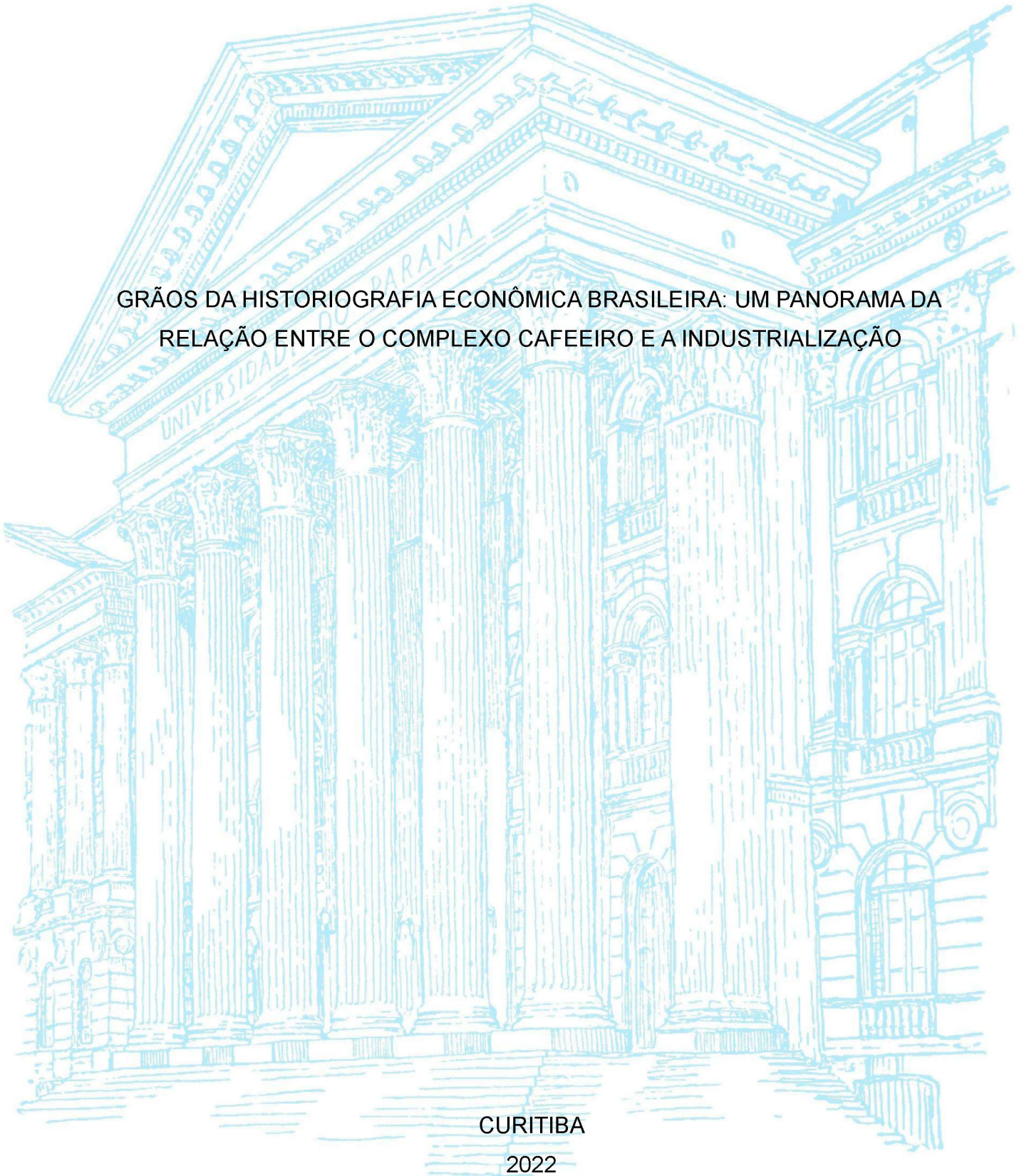
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA EDUARDA UHRIGSHARDT SILVA SADE

GRÃOS DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA: UM PANORAMA DA
RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO CAFEEIRO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

CURITIBA

2022



MARIA EDUARDA UHRIGSHARDT SILVA SADE

GRÃOS DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA: UM PANORAMA DA
RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO CAFEEIRO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA EDUARDA UHRIGSHARDT SILVA SADE

GRÃOS DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA: UM PANORAMA DA RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO CAFEEIRO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão
Orientador(a) – Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Eduardo Angeli
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Victor Nunes Leal Cruz e Silva
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 4 de maio de 2022.

RESUMO

A historiografia econômica brasileira foi marcada durante as décadas de 1970 a 1980 por um debate sobre a origem da indústria. De um lado, havia autores que procuravam argumentar a favor da concepção dos choques adversos, que pressupunha a indústria ter se originado nos momentos de crise das exportações de café. Do outro, defendia-se a industrialização por expansão de exportações, em que as exportações do café desempenhavam papel crucial para o desenvolvimento industrial. Considerando a importância do referido debate para a história econômica brasileira e os diversos efeitos positivos que a indústria possui sobre a economia, o presente trabalho procurou revisar a organização da economia cafeeira e da indústria antes de 1930 à luz dos principais autores que investigaram a origem da indústria no Brasil, resgatando a relação ambígua entre capital cafeeiro e industrial. A partir das contribuições teóricas de diversos autores, foi possível se perceber que a evolução da indústria antes de 1930 pôde ser explicada tanto pela perspectiva dos choques adversos quanto pela industrialização por expansão de exportações, e se destacar a ambiguidade da relação café-indústria. Durante a Primeira Guerra Mundial, constatou-se que houve crescimento da produção industrial e substituição de importações no setor têxtil e que esse processo possivelmente também ocorreu no setor de bens de capital. Já na década de 1920, com base na literatura estudada, concluiu-se que a capacidade produtiva aumentou e a indústria se tornou mais diversificada, havendo crescimento industrial positivo de 1920-1928 em toda economia, e concentração industrial na região de São Paulo, para onde se dirigiram empresas internacionais. O desenvolvimento da indústria a partir de 1930 foi analisado como um processo complexo e não repentino, articulado com as exportações de café.

Palavras-chave: economia cafeeira; origem da indústria brasileira; choques adversos; industrialização por expansão de exportações.

ABSTRACT

During the 1970s and 1980s, Brazilian economic historiography was marked by a debate about the origin of the industry. On the one hand, there were authors who sought to argue in favor of the concept of adverse shocks, which assumed that the industry had originated in moments of crisis in coffee exports. On the other hand, industrialization was defended by exports expansion, in which coffee exports played a crucial role in industrial development. Considering the importance of the aforementioned debate for Brazilian economic history and the various positive effects that the industry has on the economy, the present work sought to review the organization of the coffee economy and industry before 1930 in the light of the main authors who investigated the origin of industry in Brazil, rescuing the ambiguous relationship between coffee and industrial capital. Based on the theoretical contributions of several authors, it was possible to perceive that the evolution of the industry before 1930 could be explained both by the perspective of adverse shocks and by industrialization due to the expansion of exports, and to highlight the ambiguity of the coffee-industry relationship. During the First World War, it was found that there was growth in industrial production and import substitution in the textile sector and that this process possibly also occurred in the capital goods sector. In the 1920s, based on the literature studied, it was concluded that the productive capacity increased and the industry became more diversified, with positive industrial growth from 1920 to 1928 throughout the economy, and industrial concentration in the São Paulo region, to where international companies were headed. The development of the industry from 1930 onwards was analyzed as a complex and not sudden process, articulated with coffee exports.

Keywords: coffee economy; origin of Brazilian industry; adverse shocks; industrialization by exports expansion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	A ECONOMIA CAFEEIRA.....	9
2.1	GESTAÇÃO E EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA.....	9
2.2	O CÂMBIO E A DEFESA DO CAFÉ.....	18
3	A INDÚSTRIA ANTES DE 1930.....	22
3.1	O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL ANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	22
3.2	EFEITOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL SOBRE A INDÚSTRIA.....	30
3.3	A INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 1920.....	31
4	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A historiografia econômica brasileira durante as décadas de 1970 a 1980 foi marcada por um debate entre diversos autores a respeito da origem da indústria nacional. De um lado, defendia-se que a produção industrial nacional havia sido impulsionada em momentos de crises nas exportações, como a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929. De outro, propunha-se que a indústria brasileira havia se desenvolvido quando houve expansão das exportações de café. O debate foi apaziguado com a análise de dados do crescimento industrial a partir do incremento da produção e da capacidade produtiva conjuntamente. Além disso, estudou-se a relação entre as variações da produção e da capacidade produtiva considerando a taxa de câmbio. Essas análises mostraram que a indústria apresentou crescimento tanto em momentos de crise no setor exportador quanto nos momentos em que as exportações alcançaram seu ápice. Alguns autores ainda contribuíram para a discussão trazendo outros elementos teóricos que sustentavam a relação contraditória entre café e indústria, ora positiva, ora negativa.

Dada a relevância da indústria para o país e a importância das discussões do referido debate para uma visão mais elucidada da história econômica do Brasil, o presente trabalho tem como objetivo revisar a organização da economia cafeeira e da indústria antes de 1930 à luz dos principais autores que investigaram a origem da indústria no Brasil, resgatando a relação ambígua entre capital cafeeiro e industrial.

Nesse sentido, após a introdução, segue-se o capítulo 2, que tratará a respeito do desenvolvimento da economia cafeeira: como se deu sua gestação, evolução e como a política cambial no decorrer dos séculos XIX e XX foi administrada para assegurar sua sustentação, de acordo com Mello (1982), Silva (1986), Lacerda *et al.* (2010), Prado Junior (1945), Furtado (2000), Abreu e Lago (2010) e Gremaud (1997).

No capítulo 3, a evolução da indústria antes de 1930 será apresentada por períodos. Primeiramente, serão descritas as hipóteses sobre a industrialização e a evolução industrial antes da Primeira Guerra Mundial, com as contribuições teóricas de Furtado (2000), Peláez (1968), Villela e Suzigan (1973), Fishlow (1972) e Versiani e Versiani (1975), Silva (1986), Mello (1982) e Simonsen (1973).

Após, será realizada uma breve retomada da discussão a respeito da contribuição da indústria durante a Primeira Guerra Mundial, segundo Simonsen (1973), Dean (1971), Vilella e Suzigan (1973), Fishlow (1972), Suzigan (2000), Lago *et al.* (1979) e Marson (2015). O trabalho seguirá com a recuperação de alguns elementos da discussão sobre a indústria na década de 1920, com base em Cano (2012), Suzigan (2000), Mello (1982), Saes (1989) e Versiani (1982). Por fim, no capítulo 4, serão apresentadas as conclusões.

2 A ECONOMIA CAFEIEIRA

2.1 GESTAÇÃO E EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

A abertura dos portos de 1808 e a independência de 1822 determinaram o fim do monopólio comercial português e do estatuto colonial. Segundo Mello (1982), a apropriação do excedente passou a ser nacionalizada, e as decisões de investimento puderam ser internalizadas. Desse modo, a burguesia comercial brasileira passou a ter acesso ao comércio internacional, organizando, juntamente à aristocracia fundiária, um novo modelo econômico: a economia cafeeira (SILVA, 1986).

Foi mantida a dominação do capital mercantil por meio do oligopsônio comercial, com manipulação de preços de compra e venda, e do oligopólio financeiro, com a fixação de altas taxas de juros (MELLO, 1982). Essa dominação também foi percebida no âmbito do financiamento da lavoura e da produção de café, sendo tal financiamento levado a cabo pelo comissário ou comerciante, que também realizava os lucros do fazendeiro por meio da venda do café. Conforme explicam Lacerda *et al.* (2010),

O sistema geral de venda de café no Estado de São Paulo, desde os mais remotos tempos a que nos chega a tradição, era, depois de transportado o produto ao porto, consigná-lo a um comerciante; este, por uma comissão sobre o valor da venda, transferia-o a um exportador, o qual, por sua vez, colocava o café no mercado consumidor. (LACERDA *et al.*, 2010, p.62)

Como razão para o fazendeiro confiar o financiamento da produção ao comerciante, Lacerda *et al.* (2010) indicam o investimento para a formação da lavoura demorar a ser retornado, considerando a relativamente lenta maturação da cultura do café. Além disso, segundo eles, a lavoura exigia um alto capital de giro por precisar de cuidados constantes para manutenção da produtividade. Mello (1982) também elenca a alta concentração do setor de comercialização e financiamento como um fator de dependência do proprietário de terra para com o comissário.

Cabia ao comerciante fornecer os recursos para a formação do capital fixo e de giro da produção. Era o comerciante, pois, o “banqueiro” da lavoura. Na ausência de um sistema bancário, público ou privado, ligado diretamente à

produção, o comerciante de café assumia o papel fundamental de suprir o crédito necessário. Em contrapartida, exigia reciprocidade do fazendeiro, pois a produção era entregue aos seus cuidados, que consistiam no preparo e na venda do café, com uma comissão que na época era fixada em 3% do valor da venda. O comerciante fornecia o crédito ao fazendeiro; em troca, adquiria um cliente cativo. (LACERDA *et al.*, 2010, p.56)

Assim, com os recursos emprestados pelo comissário, até a metade do século XIX, a produção se organizou em latifúndios escravistas, com agricultura extensiva. Conforme explica Mello (1982), a escolha pela estrutura de latifúndio se deu devido às baixas margens de lucro advindas da decisão de se produzir em massa, que configuravam uma escala mínima de produção e ao mesmo tempo estabeleciam uma certa barreira à entrada. Já a opção em um primeiro momento pelo uso da mão de obra escrava foi justificada, segundo o autor, pela disponibilidade de escravos oriundos da desagregação da economia mineira e pelo custo de reprodução da mão de obra escrava ser inferior ao da mão de obra assalariada, tendo-se em vista que a taxa de salário a ser paga aos trabalhadores livres precisaria ser elevada para que eles escolhessem trabalhar nos latifúndios de café ao invés de produzirem para sua própria subsistência. Dada a abundância de terras e a disponibilidade de mão de obra, o método extensivo de produção se mostrava mais vantajoso aos capitalistas. Seus lucros estavam sujeitos ao aumento e à diminuição de produtividade que decorria apenas das oscilações de preço internacional do café nos ciclos econômicos, não do aumento da produtividade física (FURTADO, 2000).

A reposição de escravos para o café foi realizada por meio das migrações internas de cativos e, principalmente, por meio da compra de escravos africanos. A despeito da pressão inglesa e dos aparatos jurídicos que se seguiram desde a independência até 1850, quando se aprovou a Lei Eusébio de Queirós, o uso de trabalhadores escravos advindos do tráfico internacional ainda foi expressivo. Furtado (1964 *apud* Silva, 1986, p.34) estima que o número de escravos que entraram no Brasil durante a primeira metade do século XIX foi superior a 750.000 e inferior a 1.000.000, isto é, entre 15 e 20.000 em média por ano. Mesmo após a determinação da interdição do tráfico internacional, a burguesia ainda utilizou a mão de obra escrava interprovincial até seu esgotamento, sendo a abolição um processo lento e gradual.

Com a redução sucessiva da mão de obra escrava, precisou-se encontrar uma nova alternativa de força de trabalho para dar seguimento à produção. A saída não foi encontrada nos brasileiros natos. Segundo Silva (1986), os trabalhadores brasileiros que não trabalhavam em um regime de escravidão também trabalhavam em latifúndios, estando fortemente ligados a esta terra que lhes assegurava sua subsistência, ligação intensificada com o isolamento pela não existência de uma rede de comunicação. Lacerda *et al.* (2010) ainda explica que o sistema escravista e arcaico impunha uma exploração violenta aos escravos e pobres livres, o que, além de seus hábitos de trabalho primitivos, impedia-os de trabalhar em um sistema capitalista. Nesse sentido, conforme Furtado (1964 *apud* Lacerda *et al.*, 2010), após a abolição da escravidão em 1888, os escravos não conseguiram se tornar assalariados; à população indigente livre era permitido o acesso à terras alheias como arrendatários ou à terras devolutas como posseiros (LACERDA *et al.*, 2010). Desse modo, a alternativa que se mostrou mais atraente aos proprietários de terra foi a contratação da mão de obra imigrante.

A primeira tentativa para a introdução dos imigrantes no país, por meio do sistema de parceria, foi falha e se deu entre as décadas de 1840 e 1850. De acordo com Mello (1982) e Silva (1986), os imigrantes se viram em uma condição praticamente de escravos. Reclamavam da obrigação de cultivar os piores cafezais, das elevadas dívidas, dos juros, de fraudes de mensuração e contabilidade, assim como havia insatisfação por parte dos proprietários de terra (MELLO, 1982). Dessa forma, a imigração de um grande contingente populacional, como ansiavam os fazendeiros, foi entravada, com alguns governos europeus até mesmo interditando a imigração para o Brasil (SILVA, 1986). Os fazendeiros decidiram mudar sua estratégia de introdução de mão de obra assalariada, ensejando atrair uma população pobre e abundante para pagar baixos salários e evitar a concorrência ou a evasão do trabalho (MELLO, 1982).

Diante das dificuldades impostas pela redução da mão de obra, também se introduziu a mecanização nas operações de beneficiamento, com as secadeiras mecânicas de Taunay e Silva Telles e com a máquina Lidverwood. Em 1859 surge a primeira estrada de ferro do café, que fora organizada pelo governo do império e compreendia o Vale do Paraíba, o Norte de São Paulo e o sudeste de Minas Gerais (SILVA, 1986).

Silva (1986) frisa que grande parte das estradas de ferro criadas ao longo da década de 1860 foram financiadas por capital inglês, incluindo ainda algumas organizadas com capital brasileiro. O autor esclarece que a mecanização das operações de beneficiamento, por ter reduzido os riscos do café estragar durante o transporte, oportunizou o estabelecimento de plantações distantes dos portos de embarque; já as estradas de ferro foram fundamentais para integrar as plantações e assegurar o escoamento da maior quantidade possível de café. Segundo Mello (1982), a estrada de ferro e a grande indústria do beneficiamento reforçaram a economia mercantil-escravista ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos de transportes e melhorar a qualidade do café, mas também se opuseram a ela ao evidenciarem cada vez mais o decaimento da acumulação e a necessidade da mudança para o trabalho assalariado. Como é possível observar na tabela 1, houve expansão da malha ferroviária na região cafeeira de 1854 a 1929.

TABELA 1 - EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929 (contínua)

Anos	Região cafeeira (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,9	411,3
1869	420,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2

TABELA 1 - EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DA CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929 (conclusão)

Anos	Região cafeeira (km)	Brasil (km)
1925	-	32000,3
1929	18.326,1	32000,3

FONTE: Para os anos de 1854-1906, *Le Brésil. Ses richesses naturelles, ses industries* (1909). Para os anos seguintes, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil (1930). Adaptado de SILVA (1986).

NOTA: a região cafeeira compreende Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo Distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

O crescimento do comércio nessa época passou a ser dominado pela exportação de capitais dos países centrais para os periféricos, e o desenvolvimento da produção capitalista passou a ocorrer em escala mundial (SILVA, 1986). A análise de dados do serviço da dívida e de empréstimos contraídos pelo Brasil de 1851-1900 (tabela 2) revela que o país exportou capitais, no entanto o papel fundamental no processo foi representado pelos empréstimos externos. Segundo Silva (1986), esses empréstimos financiaram a imigração de trabalhadores, a construção das estradas de ferro e a construção de outros serviços públicos ou industriais. O autor salienta que, apesar dos saldos positivos da balança de pagamentos, o serviço da dívida externa estrangulava o país financeiramente e que, durante o período, os investimentos britânicos foram os mais significativos.

TABELA 2 - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA E NOVOS EMPRÉSTIMOS 1851-1900 (em milhões de mil réis ou mil contos)

Anos	Serviço das dívidas	Novos empréstimos
1851-1860	5,3	4,1
1861-1870	12,0	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1
1891-1900	57,3	63,3

FONTE: Sodré (1963). Adaptada de SILVA (1986).

Contando com o financiamento inglês, em 1885, o governo da província de São Paulo decidiu custear a totalidade dos gastos relativos à imigração para colonos

que se dirigissem a estabelecimento agrícola (HALL, 1992 *apud* MELLO, 1982). Sendo assim, a partir dos anos 1880, a imigração tornou-se massiva: entre 1887 e 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao Brasil (SILVA, 1986). A maioria dos imigrantes foi para São Paulo, advinda da Itália. O número de migrantes brasileiros durante os últimos decênios do século XIX foi ínfimo; eles representavam apenas 5,5% do número total de imigrantes chegados na região cafeeira entre 1908-1917 (SILVA, 1986). Durante o período 1918-1927 eles já representavam 23,4% dos novos imigrantes.

Ao longo do último quartel do século XIX, ocorreram diversas transformações econômicas e sociais que contribuíram para o avanço do modo capitalista de produção no país. Furtado (2000) destacou que a massa de salários pagos seria o núcleo de uma economia de mercado interno, e esse mercado posteriormente passaria a crescer mais que o setor de importação e movimentar a economia. Mello (1982) sugeriu que o capitalismo na América Latina surgiria por meio das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado, mesmo que não fossem com isso constituídas forças produtivas capitalistas, pois as relações sociais de produção capitalista não seriam segundo ele asseguradas endogenamente.

Conforme Silva (1986), o rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880 foi acompanhado por um deslocamento do centro geográfico das plantações, do Rio de Janeiro para São Paulo. O Vale do Paraíba fluminense, até então área de maior desenvolvimento das lavouras cafeeiras, passou a apresentar rendimentos decrescentes com a erosão do solo, a debilitação das plantas e a incidência de pragas. Assim, o café se expandiu rumo ao Oeste paulista a partir de Campinas, atingindo na penúltima década do século XIX a região do rio Moji-Guaçu na sua confluência com o Pardo (PRADO JUNIOR, 1945).

Lacerda *et al.* (2010) elenca outras transformações sociais, como o crescimento das camadas médias da população das cidades, em razão da aceleração da urbanização, da ampliação do aparelho de Estado, da formação do exército profissional moderno, da criação do sistema de educação, etc. Segundo o autor, em 1880, foi criada a Associação Industrial, que com sua campanha em prol da política protecionista favoreceu o aumento de tendências pró-industrializantes, porém não chegou a influenciar a política governamental.

No fim do século XIX também ocorreu o desenvolvimento das casas de exportação, e o conseqüente enfraquecimento do papel do comissário nas

operações creditícias. Lacerda *et al.* (2010) salienta que os maiores exportadores da praça de Santos eram estrangeiros, por isso uma grande parcela da renda gerada na economia cafeeira era destinada ao exterior. O exportador estava interessado na baixa dos preços internos do café, pois lucrava com a diferença desse preço com o preço de exportação, diferentemente do comissário e do fazendeiro, que estavam interessados na alta dos preços internos (LACERDA *et al.*, 2010). “Dessa maneira, os exportadores estrangeiros da praça de Santos exerciam um papel de oligopsônio sobre vendedores, enquanto as casas comissárias organizavam-se numa estrutura concorrencial” (LACERDA *et al.*, 2010, p.65). De acordo com Silva (1986), o capital aplicado nas casas de exportação se vincularia futuramente à origem dos bancos.

Esse autor ressalta que o capital cafeeiro apresentava simultaneamente características de capital agrário, industrial, bancário e comercial. Essas funções do capital eram desempenhadas por uma só burguesia, e havia a predominância da função comercial. Para ele,

Os grandes capitais — isto é, a camada superior da burguesia cafeeira — definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais — isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira — definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra. (SILVA, 1986, p. 55)

Uma vez conhecidas as transformações estruturais ocorridas na economia cafeeira, é possível se compreender mais facilmente a movimentação dos preços e da produção ao longo do tempo, com o intuito de se mensurar a gestação e expansão da economia cafeeira.

De acordo com Mello (1982), de 1810 a 1850 houve a constituição e consolidação da produção de café no Brasil, bem como a generalização do consumo do grão nos mercados centrais. Dessa forma, a produção brasileira se expandiu cerca de seis vezes entre 1821/30 e 1841/50, o que contribuiu para uma baixa dos preços internacionais de cerca de 40%. Já em 1830, o Brasil se tornou o primeiro produtor mundial de café, sendo este a partir de então o primeiro produto de exportação brasileira e sul-americana (SIMONSEN, 1973 *apud* MELLO, 1982).

De acordo com Abreu (2014), em 1840, o Rio de Janeiro respondia por praticamente 80% da exportação total do país, com 16% das exportações ficando a cargo de São Paulo e cerca de 6% a Minas Gerais. O Rio de Janeiro ainda

exportava cerca de 55% do total de café no início da década de 1870, São Paulo cerca de 23% (dos quais 17% do Centro-Oeste Paulista) e Minas Gerais cerca de 14%. Já nos anos 1880, o Rio de Janeiro exportava quase 41% do café, São Paulo por volta de 35% (27% referente às exportações do Centro-Oeste Paulista) e Minas Gerais cerca de 21%, sendo o Espírito Santo um produtor marginal com cerca de 4% (ABREU, 2014).

Os preços de exportação subiram a partir de 1857, compensando o aumento dos custos com transporte e escassez de mão de obra, conseqüentemente a produção cresceu em grandes proporções (DELFIM NETTO, 1966 *apud* MELLO, 1982). Segundo Mello (1982), em 1863, os preços internacionais e internos se reduziram bastante, estancando a expansão. De acordo com o autor, a partir de 1869, os preços internacionais voltaram a subir devido à quebra da safra brasileira e da América Central, além do aumento do consumo em escala mundial. Mello (1982) destaca que o crescimento da produção foi impulsionado em 1870, após uma forte geada assolar os cafezais no Brasil e levar à obtenção, em 1873, de um preço internacional duas vezes maior que o de 1868, aumento esse repassado aos preços internos.

Ainda conforme o autor, em 1874, levando em consideração a depressão mundial, os preços internacionais caíram, mas a queda não foi tão intensa já que o Brasil passou por más condições climáticas. Ademais, a desvalorização cambial assegurou que os preços internos não se depreciassem tanto (DELFIM NETTO, 1966 *apud* MELLO, 1982). Esse comportamento de preços, somado à rentabilidade esperada do investimento resultante das estradas de ferro e da grande indústria do beneficiamento, pôde explicar o significativo crescimento da produção na época (MELLO, 1982). As referidas oscilações no nível de produção podem ser observadas na tabela 3.

TABELA 3 - BRASIL - PRODUÇÃO DE CAFÉ - 1821-1900 (em milhões de sacas, contínua)

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6

TABELA 3 - BRASIL - PRODUÇÃO DE CAFÉ - 1821-1900 (em milhões de sacas, conclusão)

Anos	Produção
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

FONTES: Taunay (1939) e Dennis (1909). Adaptada de SILVA (1986).

Segundo Silva (1986), o problema da superprodução de café surgiu desde o fim do século XIX. Em 1882, a produção mundial havia ultrapassado o consumo mundial (SANTOS, 1963 *apud* SILVA, 1986). O autor menciona que a crise de 1893 nos Estados Unidos, principal consumidor do café brasileiro, levou os preços internacionais do produto a caírem rapidamente.

A cotação média anual do saco de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, a 2,91 libras em 1896, e a 1,48 libras em 1899. A superprodução aumentava sempre: 7.250 milhares de sacas em 1897-98, mais de 9.500 milhares em 1899/1900. A colheita de 1901/1902 atingiu a cifra récord de 16.270.678 sacas, ou seja cerca de 82% da produção mundial. Houve inquietação. Nos anos seguintes, a produção diminuiu: cerca de 13.000 em milhares de sacas, em 1902/1903, com 11.000 em 1903/1904, 10.600 em 1904/1905 e 11.000 no ano seguinte. Mas a colheita de 1906/1907 foi particularmente grande: ela ultrapassou os 20 milhões de sacas. (DENNIS, 1909 *apud* SILVA, 1986, p.60)

Desse modo, a economia cafeeira, que se iniciou no século XIX com base no latifúndio escravista e na produção extensiva, foi marcada pela dominação do capital comercial. Contudo, no fim do século, essa economia passou por avanços técnicos e introduziu elementos favoráveis à acumulação e ao desenvolvimento industrial, como o trabalho assalariado e o crédito. Principal produto de exportação e fator dinâmico da economia, além de mobilizar recursos produtivos, o café mobilizou a criação de mecanismos para assegurar a ordem estabelecida por ele e para proteger os lucros dos empresários diante da volatilidade de seus preços. Na seção seguinte se explica a evolução do câmbio, e retomam-se os programas de defesa do café.

2.2 O CÂMBIO E A DEFESA DO CAFÉ

Abreu e Lago (2010) explicam que o câmbio variou de forma expressiva durante o Império, mesmo que em alguns períodos tenha sido mantido relativamente constante, especialmente nos anos 1850 e em meados da década de 1870. Conforme os autores, até o início dos anos 1840, houve contínua desvalorização, mas nos anos seguintes a taxa média anual manteve-se entre 25 e 29 pence/mil-réis. Nova oscilação foi percebida com a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o câmbio alcançou a cotação mínima de 17 pence, recuperando-se para 25-27 pence em 1872-1876 (ABREU E LAGO, 2010). A depressão internacional do final da década de 1870 ensejou nova desvalorização, porém, após cair a 19 pence em 1884-1886, o mil-réis foi apreciado rapidamente no final do Império. (ABREU E LAGO, 2010). Os autores ressaltam que em 1888-1889 o país aderiu ao padrão ouro à paridade de 27 pence/mil-réis, contudo esse acordo foi logo abandonado com a Proclamação da República.

Nos primeiros anos de República, o Brasil passou por uma crise financeira, essencialmente originada, segundo Prado Junior (1945), do funcionamento do sistema monetário e da emissão recorrente de moeda. O autor explica que o novo governo republicano ampliou a faculdade emissora dos bancos concedida nos últimos anos do Império devido às recorrentes crises de liquidez; além disso, os déficits do Tesouro, desencadeados pelas perturbações do novo regime, levaram o governo a emitir mais papel inconvertível, uma vez que o Estado não possuía mais credibilidade para solicitar crédito no exterior.

A expansão da renda monetária acarretou enorme pressão sobre a balança de pagamentos. “Embora os saldos comerciais se mantivessem no nível médio anterior, a geral retração dos capitais estrangeiros alarmados pela convulsão política e financeira em que se debatia o Brasil, vai-se refletir no equilíbrio das finanças externas do país” (PRADO JUNIOR, 1945, p.165).

O déficit governamental e o desequilíbrio das contas externas, além das emissões desenfreadas, terão como consequência uma rápida desvalorização da moeda nacional e queda do câmbio, dando margem para especulação (PRADO JUNIOR, 1945). Furtado (2000) expõe que a desvalorização da moeda era um artifício utilizado para a demanda por importações se reduzir naturalmente via aumento dos preços dos importados, sem a necessidade de o país gastar suas

reservas. Além disso, devido ao ajuste cambial, explica que os lucros dos exportadores não eram significativamente alterados.

O aumento do preço de importação era sentido em menor escala pelos empresários em detrimento da sociedade como um todo: os produtos importados pela classe empresarial não eram essenciais e portanto sua demanda possuía maior elasticidade, diferentemente do que ocorria com a demanda dos produtos consumidos pela classe assalariada. Conforme Furtado (2000), ocorria uma socialização das perdas:

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. (FURTADO, 2000, p.169)

Conforme Prado Junior (1945), já em 1896, estoques invendáveis de café começaram a se formar. A superprodução levou a uma baixa dos preços internos do produto, mas os preços internacionais, com o controle do comércio e da exportação, permaneceram sem modificação, o que beneficiou em grande medida os intermediários (PRADO JUNIOR, 1945). Segundo o autor, durante os primeiros momentos de superprodução, a desvalorização da moeda ainda foi capaz de impedir alterações no preço do café. No entanto, com o avanço do acúmulo de estoques e com a pressão sobre a massa de consumidores urbanos atingindo seu limite, essa manobra não foi mais possível.

Assim, em 1898, surgiu como resposta à dificuldade de liquidação da dívida externa uma nova política econômica. “O primeiro passo do governo para enfrentar a crise foi apelar para uma moratória dos credores externos” (PRADO JUNIOR, 1945, p.166). De acordo com Silva (1986), o governo brasileiro contratou novos ministros, negociou uma operação de *funding-loan* em julho de 1898 e suspendeu o pagamento de juros das dívidas anteriores por 13 anos, adotando a estabilização cambial. Para Furtado (2000),

A partir de 1898 a política de Murinho reflete um novo equilíbrio de forças. A redução do serviço da dívida externa por meio de um empréstimo de consolidação (1898), a introdução da cláusula-ouro na arrecadação do imposto de importação (1900), uma série de medidas de caráter deflacionário e um substancial aumento no valor das exportações de 26

milhões de libras em 1896-99, para 37 milhões em 1900-03, tomaram possível a recuperação do equilíbrio externo (FURTADO, 2000, p.176).

De acordo com Ribeiro (2011), a política de austeridade levou a um processo de valorização da taxa nominal de câmbio entre 1898 e 1906. Após a estabilização da moeda em 1898, os preços do café caíram bruscamente, enquanto os estoques sobressalentes permaneceram a se acumular. O problema da superprodução se agravou. Conforme Prado Junior (1945):

As grandes colheitas serão aproveitadas para a formação de reservas que pesarão sobre os preços, e que se escoarão mais tarde, nos anos de produção menor, em condições vantajosas. Os fazendeiros, obrigados a ceder desde logo seu produto para atenderem aos encargos da produção, perdiam a diferença para os intermediários que em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra. (PRADO JUNIOR, 1945, p.173)

Em 1906, para o autor, mesmo havendo perspectiva de liquidação dos estoques e mesmo os preços internacionais estando inalterados, os preços internos se situavam muito aquém do custo de produção. Nesse sentido, a crise atingia somente os produtores de café (PRADO JUNIOR, 1945). Entretanto, diante dessa situação e estando com poder político e financeiro revigorado após a descentralização republicana, os cafeicultores executaram a primeira intervenção oficial no mercado cafeeiro e, no Convênio de Taubaté, definiram as bases da política de valorização do produto (FURTADO, 2000).

A nova política, segundo Furtado (2000), previa a compra dos excedentes pelo governo para reequilibrar a oferta e a demanda. Essa compra deveria ser financiada com empréstimos estrangeiros, que por sua vez seriam pagos via novo imposto sobre a exportação de café (FURTADO, 2000). O autor explica que, antes de o governo federal assumir a responsabilidade dos empréstimos estrangeiros e dar seguimento à política de valorização, os estados cafeicultores o fizeram, liderados por São Paulo. No Convênio, também se estabeleceu a Caixa de Conversão, que funcionou entre 1906 e 1913 e teve como objetivo lastrear os meios de pagamentos no nível de reservas determinado pelas contas de comércio e de capitais do Balanço de Pagamentos (FRITSCH, 1992).

Gremaud (1997) esclarece que, de 1889 a 1906, a economia estava sob um regime de taxa de câmbio flutuante; entre 1906 e 1914, sob um regime de taxa de câmbio fixo, com a Caixa de Conversão. Entre 1914 e 1926, houve um retorno às

taxas flexíveis de câmbio e, finalmente, entre 1927 e 1929, o regime de câmbio voltou a ser fixo, com a Caixa de Estabilização.

De acordo com Franco e Lago (2011), em 1914, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial e a redução das exportações, o Brasil encerrou a Caixa de Conversão, renovando a moratória de suas obrigações externas através de um novo *funding-loan* e modificando as condições estabelecidas em 1898. O Segundo Plano de Valorização do café, em 1917, deu-se com a aquisição de estoques via emissão de notas inconvertíveis (FRANCO E LAGO, 2011). Gremaud (1997) descreve o Terceiro Plano de Valorização: a recessão na Europa e nos Estados Unidos em 1920 levou a um déficit comercial acentuado. Houve forte desvalorização do mil-réis. “Os problemas cambiais e da cafeicultura, associados às dificuldades de liquidez do mercado, configuram uma situação recessiva e geraram fortes reclamações em relação à 'inelasticidade' do meio circulante brasileiro” (GREMAUD, 1997, p. 44). Desse modo, o governo autorizou novas emissões de notas e criou, no fim de 1920, a Carteira de Redesconto no Banco do Brasil. Em 1924, surgiu o Instituto de Defesa do Café de São Paulo, que passou a administrar a defesa permanente do café até 1929, quando, impossibilitado de sustentar os preços devido à insuficiência de demanda, ao acúmulo de estoques e a restrições monetárias, encerrou suas operações (GREMAUD, 1997).

Os programas de defesa da economia cafeeira e as oscilações do câmbio tiveram repercussões importantes sobre o desenvolvimento industrial. A seguir, inicia-se a análise da industrialização brasileira antes de 1930.

3 A INDÚSTRIA ANTES DE 1930

3.1 O DEBATE HISTORIOGRÁFICO SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL ANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Furtado (2000) analisou a evolução da indústria no Brasil por meio da hipótese dos choques adversos. Segundo essa concepção, a partir da Primeira Guerra Mundial, houve um enfraquecimento do papel do comércio exterior como fator determinante do nível de renda, e fortalecimento do seu papel estratégico para a formação de capital. “Com o aumento relativo das inversões no setor industrial e serviços conexos, cresce rapidamente a procura de equipamentos mecânicos”. (FURTADO, 2000, p.190) Assim, ocorreram modificações substanciais na composição das importações, e o fator que passou a determinar a demanda e o nível de renda foram as inversões no mercado interno. Após a Crise de 1929, esse processo se aprofundou devido à impossibilidade de a compra dos estoques de café ser financiada com recursos externos, e a produção industrial passou a exercer a principal função na geração de renda. Para ele (2000, p.154), “a recuperação da economia brasileira, que se manifestou a partir de 1933, não se deveu a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros”. Nesse contexto, surgiram as indústrias de substituição de importações:

Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (conseqüência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda. (FURTADO, 2000, p.161)

Em contraposição a Furtado, Peláez (1968) formulou a hipótese da industrialização por expansão de exportações. Propôs que a política de defesa do café havia sido realizada inicialmente por meio de um grande empréstimo externo; após a depressão, por impostos sobre as vendas de café, não por expansão do crédito, e que a recuperação da economia se deveu a fatores externos. Ao perceber que houve industrialização antes de 1930, verificando aumentos na capacidade

produtiva, procurou associar a indústria ao setor agroexportador, sugerindo que a exportação havia promovido um efeito renda ou riqueza que se irradiara por toda a economia.

Diante da constatação de crescimento industrial durante as três primeiras décadas do século XX trazida por Peláez (1968), diversos autores realizaram uma análise mais aprofundada das estatísticas disponíveis, especialmente da pesquisa industrial de 1907 e do Censo industrial de 1920, de modo a observar a relevância do crescimento da indústria anterior à Primeira Guerra Mundial e procurar associá-lo à geração de renda promovida pelas exportações de café. Stein (1957) e Dean (1971) mensuraram o crescimento pela ótica da produção industrial; Villela e Suzigan (1973), por sua vez, debruçaram-se sobre as variações da capacidade instalada da indústria no período.

Fishlow (1972), ao observar uma queda nas importações de tecidos concomitante ao aumento da produção nacional desses produtos durante a década de 1890, defendeu o primeiro surto de substituição de importações ter ocorrido nesse período. Conforme o seu entendimento, a expansão monetária do Encilhamento havia deflagrado um processo inflacionário no país, assim ensejando oscilações positivas e negativas da taxa de câmbio. Entre os anos de 1895 a 1899, momento em que houve desvalorização cambial, teria ocorrido o processo de substituição de importações. Para ele, as tarifas sobre os produtos de importação não tiveram influência sobre esse processo. O autor suscitou uma complementaridade entre a teoria dos choques adversos e a teoria da industrialização por expansão das exportações, propondo que, de 1890 a 1913, a indústria teria se desenvolvido como consequência do avanço da economia cafeeira; já deflagrada a Primeira Guerra Mundial em 1914, a substituição de importações teria seguido a lógica da teoria dos choques adversos (FISHLOW, 1972).

Versiani e Versiani (1977) também adicionaram elementos conciliatórios ao debate. Procuraram analisar tanto as fases em que houve aumento de produção industrial quanto as fases de aumento da capacidade produtiva, reconhecendo a importância dos dois momentos para a explicação do crescimento industrial, pois, da mesma forma que Villela e Suzigan (1973), perceberam que na indústria têxtil os referidos ciclos muitas vezes não ocorriam simultaneamente: dado que a ampliação da capacidade produtiva do negócio algodoeiro dependia da importação de bens de capital, em períodos favoráveis para o crescimento dessa capacidade, ou seja, de

câmbio valorizado e conseqüente redução de preços dos bens de capital, a produção nacional tendia a não aumentar por causa da competição externa (VERSIANI E VERSIANI, 1977).

Tomando as manufaturas de algodão como referência, dado que o setor algodoeiro empregava a maior parte da mão de obra industrial e apresentava a maior participação no valor adicionado total da indústria de transformação (tabela 4), os autores elencaram as oscilações da taxa de câmbio como um elemento chave para a definição dos períodos de crescimento de produção ou capacidade produtiva, impactando de maneira oposta os produtores nacionais e os importadores.

TABELA 4 - OS 10 MAIORES SETORES INDUSTRIAIS EM TERMOS DE VALOR DA PRODUÇÃO E CAPITAL EM 1907 (contínua)

Indústrias	Valor da produção(\$)	Indústrias	Capital(\$)
Fiação e tecelagem de algodão	135.025.668	Fiação e tecelagem de algodão	234.028.403
Açúcar (usinas)	67.257.368	Açúcar (usinas)	74.061.589
Moagem de cereais	39.359.500	Cerveja	27.555.800
Charque	38.769.300	Fundição e obras sobre metais	22.964.000
Fundição e obras sobre metais	31.625.240	Fósforos	17.060.000
Serrarias e carpintaria	31.379.000	Moagem de cereais	16.416.300
Calçado	26.726.900	Fiação e tecelagem de juta	15.799.500
Cerveja	22.686.290	Sabão e velas	15.145.600
Erva-mate	22.573.000	Fiação e tecelagem de lã	14.848.000
Fiação e tecelagem de juta	22.389.730	Serrarias e carpintaria	14.488.000

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil (1920). Adaptada de COUTO (2017).

Os comerciantes de importados estavam balizados pela desvalorização cambial, que afetava negativamente sua operação uma vez que reduzia a demanda por seus produtos. Esses vendedores, portanto, procuravam reduzir o risco de sua atividade diversificando seus investimentos: segundo os autores, a aplicação de seus capitais na produção interna dos itens que até então adquiriam do exterior era

uma forma vantajosa de se diversificar, pois garantia o sucesso da empreitada comercial mesmo em momentos desfavoráveis à importação. Assim, ao produzirem internamente, os importadores contribuíam tanto para o aumento da produção da indústria nacional – quando o câmbio era desvalorizado e seus lucros com a importação reduzidos – quanto para o aumento da capacidade produtiva – quando havia valorização cambial e aumento de seus lucros com o comércio de importados.

Para Dean (1971) e Stein (1957), as primeiras fábricas têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo foram controladas por importadores de tecidos, que ou fundaram as empresas, ou aumentaram sucessivamente sua participação nesses empreendimentos. Essa argumentação vai ao encontro da desenvolvida por Silva (1986), que explica como os imigrantes se inseriam no grande comércio, ao assumirem a função de importadores e assim disporem de capitais para aplicação de lucros e da possibilidade de obter crédito dos bancos estrangeiros com que estabeleciam relações comerciais. “O importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir dos anos 1880” (SILVA, 1986, p.89). Versiani e Versiani (1977) destacam que uma razão facilitadora para os importadores implementarem esses negócios era o fato de possuírem um acesso mais direto à fonte de crédito representada pelos bancos europeus.

Eles identificaram quatro períodos de maior concentração de investimentos nas fábricas de algodão até 1914: 1845-1850, 1870-75, 1885-1895 e 1905-1914. (STEIN, 1957). Conforme esperado, perceberam que durante esses momentos a taxa de câmbio estava valorizada (com exceção do quinquênio 1890-1895) e que, quando houve aumento do nível de produção, estava desvalorizada (vide tabela 5):

TABELA 5 - VALOR MÉDIO DA LIBRA EM MIL-RÉIS, 1836-1914 (contínua)

Período	Taxa média (mil-réis por libra esterlina)	Varição sobre o período anterior
1836-1840	7\$65	-
1841-1846	9\$03	+18
1846-1850	8\$94	-1
1851-1855	8\$56	-4
1856-1860	9\$20	+7

TABELA 5 - VALOR MÉDIO DA LIBRA EM MIL-RÉIS, 1836-1914 (conclusão)

Período	Taxa média (mil-réis por libra esterlina)	Variação sobre o período anterior
1861-1865	9\$18	-1
1866-1870	11\$67	+27
1871-1875	9\$38	-20
1876-1880	10\$36	+10
1881-1885	11\$59	+12
1886-1890	10\$55	-9
1891-1895	20\$94	+98
1896-1900	29\$70	+42
1901-1905	19\$18	-35
1906-1910	15\$41	-20
1911-1914	15\$22	-1

FONTE: IBGE. Adaptada de VERSIANI E VERSIANI (1977).

NOTA: a taxa média corresponde à média das taxas médias anuais, com arredondamento para dezenas.

“No bojo de reformas tarifárias motivadas pela necessidade de aumentar a receita pública, procurou-se em várias oportunidades introduzir medidas de incentivo à produção local” (VERSIANI E VERSIANI, 1977, p.52). Segundo os autores, as tarifas de importação implementadas ao longo do século XIX concorreram com a desvalorização cambial, que podia por si só estimular a incidência de tarifas dos importados ao encarecer o valor das importações. Isso dificultou uma análise mais objetiva dos efeitos protecionistas das tarifas por parte dos autores. Contudo, uma vez que essas medidas muitas vezes continuaram a ser aplicadas durante as fases de valorização da moeda, eles puderam verificar, diferentemente de Fishlow (1972), que as tarifas tiveram uma contribuição para a formação inicial da capacidade produtiva da indústria. Abreu (2014) explica que

A proporção entre arrecadação de direitos de importação e o valor das importações permaneceu em torno de 17% nos 1830, cresceu rapidamente nos anos 1840, com a tarifa Alves Branco de 1844, permanecendo entre 25% e 30% até o final dos anos 1860. Depois disto, continuou a aumentar: primeiro para um patamar de 35% a 40% e depois alcançou quase 50%, no final dos 1880. (ABREU, 2014, p. 61)

Outros autores argumentaram a favor do efeito protecionista que tarifas de importação instituídas ao longo do século XIX e início do século XX tiveram sobre a indústria nacional. Uma das discussões diz respeito à posição de Alves Branco, ministro da Fazenda durante a reforma tarifária de 1844, que exprimiu, segundo Luz (1975), o interesse da tarifa proteger os capitais nacionais investidos na indústria. Fonseca (2004) defende que essa política tarifária foi uma manifestação de nacionalismo associado à defesa industrial. Simonsen (1973) apontou a definição de tarifas parciais em ouro nas alfândegas em 1899 como um fator notadamente protecionista, que também favoreceu a indústria.

Ao trazerem luz ao comportamento da indústria durante a crise do Encilhamento, Versiani e Versiani (1977) novamente se opuseram a Fishlow (1972). Embora admitissem que a captação de recursos das empresas têxteis pré-estabelecidas poderia ter sido favorecida pela expansão de crédito e pela movimentação no mercado de títulos, julgavam essa contribuição marginal em relação ao reinvestimento de lucros (VERSIANI E VERSIANI, 1977). Ainda notaram que os indicadores de criação de novas empresas por subscrição de ações apresentavam efeito ínfimo sobre a capacidade produtiva. Consequentemente, não acreditavam que o Encilhamento tivesse contribuído significativamente para o aumento de capacidade da indústria têxtil.

Tratando do elo existente entre a economia cafeeira e a indústria, Silva (1986) e Mello (1982) defenderam que a relação entre capital cafeeiro e industrial não era totalmente antagônica, com a economia cafeeira se opondo à indústria, nem totalmente favorável, com o complexo cafeeiro a impulsionando. Eles explicam que havia uma relação contraditória, em que o café incentivava a formação das empresas industriais e concomitantemente barrava sua acumulação.

Conforme afirma Mello (1982), a exportação do café gerava a receita necessária para os capitalistas importarem bens de produção, acumulando o capital cafeeiro, e seus bens de consumo. Desse modo, a indústria local produzia alimentos e bens manufaturados voltados para o consumo da classe assalariada.

Era assim estabelecida uma interdependência entre o capital industrial e cafeeiro: a produção cafeeira dependia da indústria nacional porque esta, ao produzir bens de consumo manufaturados destinados aos assalariados, promovia a reprodução da força de trabalho daquela; além disso, os empreendimentos

industriais eram um destino de inversão de lucros extraordinários auferidos pela economia cafeeira (MELLO, 1982).

Já a indústria estava vinculada ao capital cafeeiro pois a capacidade de importação dos industriais para manter e expandir seus negócios estava condicionada ao desempenho das exportações de café (MELLO, 1982). Ademais, segundo o autor, o setor industrial não conseguia crescer e estabelecer novos mercados, dependendo dos mercados externos alcançados pelo capital cafeeiro para obter a realização de seus lucros. No entanto, para ele, a dependência mais marcante do café pela indústria se estabelecia no âmbito da acumulação, estando o capital industrial subordinado ao capital mercantil cafeeiro. Lacerda *et al.* (2010) complementam essa discussão ao defenderem que a demanda por produtos industrializados locais dependia do desempenho da agricultura para exportação, tendo em vista que o aumento das vendas de produtos agrícolas para o mercado internacional representava aumento dos salários pagos internamente, e isso possibilitava a expansão do mercado para produtos industriais.

De acordo com Silva (1986), a reprodução do capital cafeeiro e a posição periférica da economia brasileira no cenário mundial levaram à formação e desenvolvimento da indústria, que se encontrava em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e com as formas de subordinação da economia. Ele explicou essa contradição por meio da análise das formas específicas do desenvolvimento do capital industrial no Brasil. Ao observar a estrutura setorial da indústria da época, considerada por ele um dos principais aspectos do desenvolvimento da indústria nacional, Silva (1986) verificou que os bens de consumo representavam o setor mais significativo, enquanto os bens de produção eram importados de países avançados. Ele concluiu que essa dinâmica, por um lado, reafirmava a divisão internacional do trabalho e a predominância do capital mercantil cafeeiro, mas por outro, permitia que a acumulação se desse de forma rápida e que as unidades produtivas, com técnicas mais avançadas de produção e elevada rentabilidade, passassem diretamente para o estágio da grande indústria capitalista.

Após ter sido feita a revisão teórica a respeito da origem da indústria, da mensuração do crescimento industrial antes de 1930, da importância da taxa de câmbio como fator de impulsão à indústria e da relação entre capital industrial e cafeeiro, com a finalidade de se ilustrar a evolução industrial, recuperam-se algumas

contribuições de Simonsen (1973) e alguns dados do Inquérito Industrial de 1907 e do Censo de 1920.

De acordo com a análise de Simonsen (1973), a década de 1880 a 1890 corresponderia ao primeiro surto industrial do Brasil, que teria ocorrido simultaneamente aos maiores valores de exportação de café do regime ainda imperial. Segundo ele, o Censo de 1920 havia demonstrado que a indústria brasileira começou a apresentar um valor significativo de produção a partir de 1885:

O barateamento do ferro e do aço pelos grandes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria metalúrgica, na Europa e nos Estados Unidos, a nova política imperial de fomento a várias indústrias, o advento da tarifa Belizário, a primeira, talvez, que teve alguma tonalidade protecionista, a prosperidade da cultura cafeeira, concorreram, principalmente, para a eclosão desse primeiro surto industrial. (SIMONSEN, 1973, p.20)

Conforme descrito pelo autor, até 1907, o Rio de Janeiro era o maior produtor industrial do Brasil. Contudo, a partir de 1910, São Paulo já havia ocupado sua posição. “A partir de 1905, observou-se um ritmo sempre crescente em nossa evolução industrial, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919, devido à conflagração europeia” (SIMONSEN, 1973, p.17).

TABELA 6 - RESULTADOS GERAIS DO INQUÉRITO INDUSTRIAL REALIZADO NO BRASIL EM 1907 E DO RECENTEAMENTO DE 1920

Características indústria nacional	1907	1920	Varição absoluta	Varição (%)
Número de estabelecimentos	3.258	13.336	10.078	309,33
Capital empregado (\$)	653.555	1.815.156	1.161.601	177,74
Força motriz - H.P.	109.284	310.424	201.140	184,05
Valor da produção anual	149.018	275.512	126.494	84,89

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil (1920).

Os dados compilados no Recenseamento Geral de 1920 (tabela 6) apontam o crescimento dos números de estabelecimentos, do capital empregado, da força-motriz e do valor da produção anual, comparando-se as apurações industriais

de 1907 e 1920. Na seção seguinte, investigam-se as principais ideias dos autores que analisaram os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria nacional.

3.2 EFEITOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL SOBRE A INDÚSTRIA

TABELA 7 - BRASIL, IMPORTAÇÃO SEGUNDO OS TIPOS DE BENS, 1901-1945 (em valores percentuais)

Períodos	Bens de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes	Matérias-Primas	Bens de Capital
1901-1907	36,9	8,2	46,7	7,1
1908-1913	30,8	8,6	46,9	13,9
1914-1918	26,2	14,6	52,3	6,9
1919-1923	19,9	12,9	55,7	11,5
1924-1929	21,3	11,1	52,8	14,8
1930-1932	17,1	16,0	55,9	11,0
1933-1939	17,6	12,4	52,1	17,9
1940-1945	12,6	13,4	52,5	21,5

FONTES: Para o período 1901-1920, Ministério da Fazenda, Serviço de Estatística Comercial (depois Serviço de Estatística Econômica e Financeira). Para o período 1921-1945, Centro de Contas Nacionais, IBRE /FGV.

NOTA: diferença no somatório de 1901-1907 devido a bens não classificados.

A tabela 7 mostra que houve redução nas importações de bens de consumo e bens de capital durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Tal fato fomentou reflexões por parte dos estudiosos da indústria.

Simonsen (1973), seguindo a teoria dos choques adversos, realizou pesquisas quantitativas e analisou a evolução da produção industrial de 1914 a 1919, concluindo que a Primeira Guerra Mundial havia impulsionado o crescimento industrial. Já Dean (1971), questionando a metodologia de Simonsen, pontuou que o conflito não havia estimulado a indústria, pois segundo ele parte do crescimento teria se originado da exportação de manufaturados. Villela e Suzigan (1973) também afirmaram que o incentivo da Primeira Guerra não havia sido significativo, uma vez que as importações de matérias-primas e bens de capital declinaram entre 1914 e 1918, e que, conforme indicadores de produção elaborados por eles com os setores de maior participação na indústria, não havia uma tendência clara de crescimento.

Segundo sua pesquisa, apenas alguns setores cresceram, mas devido ao aumento da demanda externa, não interna. A Primeira Guerra, para eles, teria ainda freado o desenvolvimento da capacidade produtiva, que havia seguido uma tendência positiva até 1912.

Fishlow (1972) verificou que de fato houve crescimento industrial de 1914 a 1918, e que o aumento da produção do ramo têxtil se deu por meio da substituição de importações. Além disso, reconheceu a importância dos lucros dos industriais com a guerra para investimentos futuros. Versiani e Versiani (1977) reafirmaram essa importância, salientando que muitas firmas se recuperaram de um período de recessão em 1913 por intermédio da guerra.

Suzigan (2000), Dean (1971), Lago *et al.* (1979) e Marson (2015) investigaram o comportamento do investimento e da produção da indústria paulista de bens de capital durante a guerra. Suzigan (2000) percebeu que houve uma redução das importações de máquinas e equipamentos em São Paulo, e que até 1920 o nível de importações ainda não havia retornado ao registrado antes do início do conflito. Desse modo, concluiu que o investimento do setor foi prejudicado pela guerra. O nível de produção do período, segundo Dean (1971) e Lago *et al.* (1979), teria apresentado tendência positiva; no entanto, conforme a visão de Suzigan (2000), essa tendência teria sido negativa. Diante dessa controvérsia, Marson (2015) realizou um levantamento das empresas do setor metal-mecânico fundadas antes de 1914 em São Paulo e constatou a ocorrência de um aumento da produção por parte dessas empresas com a utilização mais intensiva de sua capacidade (MARSON, 2015). A partir dos resultados obtidos com seu estudo, julgou ainda coerente considerar que máquinas e equipamentos foram mais demandados internamente no decorrer da Primeira Guerra, devido à fundação de novas firmas e à grande redução das importações de maquinário.

3.3 A INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 1920

Segundo Cano (2012), a década de 1920 foi marcada por uma série de desvantagens no mercado externo: houve contração dos preços das *commodities* em âmbito internacional e redução do comércio exterior devido à crise internacional de 1920 a 1922, que abalou especialmente os Estados Unidos. Internamente, a

economia foi marcada por políticas econômicas ortodoxas em meio a tentativas de superação das dificuldades externas (CANO, 2012).

Cano (2012) salienta que, com relação a preços e quantidades, nesse período apenas as exportações de café foram bem sucedidas. Com a recuperação do pós-guerra e com a manutenção dos preços assegurada pelos Estados Unidos, o algodão ainda teve um pequeno destaque – os demais produtos de exportação apresentaram estagnação ou mesmo queda. Cano (2012) também assinala que a economia cafeeira do Rio de Janeiro e a das regiões que não faziam parte do complexo do café sofreram inflexão ou queda da sua produção em comparação à década 1910-1919, sendo que os rendimentos do café já apresentavam tendência de estagnação ou retração no Rio de Janeiro desde o início do século XX (CANO, 2012). Portanto, o aumento das exportações de café foi movido pelo centro cafeeiro paulista:

O crescimento do excedente e dos lucros apresenta uma trajetória crescente e altamente positiva em São Paulo durante todo esse período, ampliando sobremodo sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista, ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país (CANO, 2012, p.901).

O aumento da capacidade produtiva durante os anos 1920, também apontado por Versiani e Versiani (1977), deveu-se, para Cano (2012), à manutenção da produção em níveis elevados e aos lucros gerados pela grande atividade. O setor têxtil algodoeiro chegou a sofrer uma crise de sobrecapacidade produtiva ao final do período, que para o autor somente seria solucionada na década de 1930, com a política de defesa do café.

O autor ainda destaca que, apesar da ortodoxia praticada pelo governo e da contração industrial verificada entre 1925 e 1926, a média anual de crescimento da indústria foi de 6,6% para São Paulo e 3,3% para todo o país entre 1920 e 1928. A concentração industrial em São Paulo aumentava, dos 31,5% do total nacional em 1919, para 37,5%, em 1929 (CANO, 2012).

As importações de bens de capital para a indústria, conforme Cano (2012), teriam também crescido em todos os anos de 1923 a 1928, registrando um valor maior para todo o Brasil do que o registrado na primeira década do século XX, sendo este ainda maior para o estado de São Paulo. Novos e mais complexos segmentos como os da metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de

transporte e química, foram implantados e se concentraram em São Paulo. Assim, nessa década já se constatava a produção de utensílios duráveis e de insumos industriais, além de uma pequena parcela de bens de capital (CANO, 2012).

À medida que a economia paulista se tornava a principal região de acumulação nacional, tanto a cidade de São Paulo quanto municípios próximos passaram a atrair o investimento direto de grandes empresas internacionais, que lá produziam ou montavam produtos de maior complexidade tecnológica (CANO, 2012). Como exemplo de empresas estrangeiras que se instalaram no território nacional nesse período, Cano (2012) cita Rhodia, Ford, GM, GE, International, RCA, Phillips, Pirelli, Firestone, Unilever, Nestlé, Kodak.

Com o crescimento da indústria e a maior diversificação local, houve uma elevação da demanda por qualificação dos trabalhadores, serviços de apoio e instituições responsáveis pela interdependência estrutural (CANO, 2012). Cano (2012) ainda menciona a ampliação do serviço dos bancos nacionais, que também no início do período foram se institucionalizando e regularizando.

Suzigan (2000) ressaltou que, com o aumento da demanda interna de insumos e matérias-primas (possível indicação de uma maior complexidade industrial), ao longo da década de 1920, a indústria passou a ser menos dependente do setor exportador. O investimento industrial também deixou de ser induzido pelas exportações (SUZIGAN, 2000). Para Mello (1982), o período de 1888 a 1933 se caracterizou pelo nascimento e consolidação do capital industrial, tendo o capital cafeeiro criado mecanismos fundamentais para a superação de seu próprio declínio, após a Crise de 1929:

De um lado, constituem-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho oferecida no mercado de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria do aço, cimento, etc.) e, também, uma agricultura mercantil. (MELLO, 1982, p.113)

Tais considerações a respeito da década de 1920 conduzem a uma diferente interpretação da indústria na década de 1930. Conforme Saes (1989, p.36), “embora se reconheça os anos 30 como momento de transformações importantes, tal resultado não é reconhecido apenas como fruto da crise externa, e sim de um longo

processo de crescimento industrial”. De acordo com Versiani (1982), o período não representou uma ruptura profunda com o passado; antes, foi resultado de uma relação complexa entre indústria nacional, exportações e economia mundial (SAES, 1989).

4 CONCLUSÃO

Por meio da análise da organização da economia cafeeira, percebeu-se que a relação entre café e indústria não foi caracterizada por completa oposição. Apesar de o capital cafeeiro limitar o crescimento industrial por meio de sua política constante de desvalorizações cambiais, que encarecia as importações, ao longo da evolução da economia cafeeira, o surgimento das máquinas nas operações de financiamento e as estradas de ferro fomentaram o trabalho assalariado, que, com seus salários, promoveu a formação de um mercado interno e contribuiu para o processo de acumulação capitalista.

No estudo da trajetória da indústria até 1930, Fishlow (1972) e Versiani e Versiani (1977) constataram a importância da taxa de câmbio inserida no contexto da economia de agroexportação para guiar o desempenho industrial nos diferentes momentos da industrialização. Assim, possibilitaram a agregação das teorias dos choques adversos e da industrialização por expansão de exportações, conformando o debate historiográfico iniciado por Furtado (2000) e Peláez (1968) a respeito da origem da indústria.

Ainda, por meio da argumentação de Mello (1982), Silva (1986) e Lacerda *et al.* (2010), notou-se a existência de uma relação ambígua entre capital cafeeiro e industrial. Foi possível compreender que a economia cafeeira promovia a indústria, ao utilizá-la como um destino para a inversão de lucros extraordinários e depender do capital industrial para o abastecimento da sua mão de obra. Concomitantemente, a indústria dependia da economia cafeeira para expandir sua capacidade produtiva e alcançar seus mercados, estando o capital industrial subordinado ao cafeeiro e a demanda por produtos industriais atrelada ao desempenho da agricultura de exportação.

Com o intuito de percorrer todo o desenvolvimento da indústria anterior a 1930, o trabalho ainda procurou destacar as contribuições teóricas sobre a produção industrial durante a Primeira Guerra Mundial e durante a década de 1920. Em relação ao primeiro período, concluiu-se que Fishlow (1972) evidenciou ter de fato havido crescimento da produção industrial via substituição de importações no setor têxtil durante a guerra, e apontou que o conflito foi relevante para futuros investimentos industriais, assim como Versiani e Versiani (1977). A análise da indústria de bens de capital paulista realizada por Marson (2015) levou à conclusão

de que houve crescimento da produção interna de máquinas e equipamentos, e que com a redução das importações desses bens, possivelmente também ocorreu substituição de importações nesse setor.

Já tratando da indústria na década de 1920, o trabalho mostrou que Cano (2012) e Versiani (1982) ressaltaram o aumento da capacidade produtiva, e o primeiro autor a justificou como reflexo do contínuo aumento da produção e dos lucros. Cano (2012) também enfatizou o crescimento industrial do Brasil e de São Paulo de 1920 a 1928, assim como o aumento da concentração industrial na região paulista, o maior investimento em bens de capital de 1923 a 1929 e a maior diversificação industrial verificada na década. Além disso, frisou o ingresso de empresas industriais estrangeiras na região de São Paulo.

Buscou-se, por fim, a partir das ideias dos autores Suzigan (2000), Mello (1982), Saes (1989) e Versiani (1982) a respeito da década de 1920, reiterar a relação entre café e indústria, propondo que o crescimento industrial ocorrido durante a década de 1930 foi parte de um processo de industrialização complexo e não repentino, em que as exportações de café se constituíram como um dos elementos fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ABREU, M. P. A.; LAGO, L.A.C. A economia brasileira no Império, 1822-1889. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC-Rio, 2010.
- CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 1975.
- CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. Revista Economia, Brasília, v.13, n.3b, p.897-916, set/dez 2012.
- CENTRO DE CONTAS NACIONAIS, IBRE / FGV. Estrutura do Comércio Exterior do Brasil, vol. II, 1920-64.
- COUTO, R. F. A origem da indústria nacional: uma análise dos primeiros investimentos diretos de capital estrangeiro na indústria de transformação nacional. Monografia de bacharelado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo. São Paulo: Difel, 1971.
- DENNIS, P. *Le Brésil au XXème Siècle*, Paris: Armand Colin, 1909.
- FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo: IPE/USP, v. 2, n. 6, p. 7-75, 1972.
- FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. A Economia da República Velha, 1889-1930. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC-Rio, 2011.
- FRITSCH, W. Apogeu e Crise na República Velha (1900 - 1930) in: ABREU, M.P. (org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Pesquisa e Debate, v. 15, n. 2(26), p. 225-256, 2004.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 274 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- GREMAUD, A. P. Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no segundo Império e na Primeira República (1840-1930). São Paulo: FEA/USP, 1997.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1939/1940, p. 1353-1354.
- LACERDA, A. C. et al. Economia brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2010.

LAGO, L. A. C. et al. A indústria brasileira de bens de capital: Origens, situação recente e perspectivas. 1 ed., Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 1979.

LE BRÉSIL, *Ses richesses naturelles, ses industries*, v.II, p. 40-43, Paris, 1909.

LUZ, N.V. A luta pela industrialização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARSON, M. D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. Estudos Econômicos, 2015.

MELLO, J.M.C. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO BRASIL. Brasil Atual, p. 147-149, Rio de Janeiro, 1930.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, SERVIÇO DE ESTATÍSTICA COMERCIAL. Comércio exterior do Brasil, diversos anos.

PELÁEZ, C.M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. Revista Brasileira de Economia, 1968.

PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970 [1945].

RECENSEAMENTO GERAL DE 1920. BRASIL, 1920.

RIBEIRO, F. Política econômica e o Convênio de Taubaté. São Paulo: Pesquisa e Debate, v.22, n.1(39), p.75-93, 2011.

SAES, F. A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. Estudos Avançados, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.

SILVA, S. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SIMONSEN, R. C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SODRÉ, N. W. Formação histórica do Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

STEIN, J. S. *The Brazilian Cotton Manufacture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1957.

SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.

TAUNAY, A. D. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, D. N. C., 1939-1943.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VERSIANI, F. R. 1982. *Before the depression: brazilian industry in the 1920's*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1982.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. A indústria brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. Formação econômica do Brasil: período republicano. São Paulo: Saraiva, 1977.